

## EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICA, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO.

Vilmar Victor de Freitas<sup>1</sup>

*Universidade de Pernambuco*

*vilvictor@hotmail.com*

**Resumo:** Este trabalho insere-se nas pesquisas referentes à formação de professores, com a perspectiva de estudar o Exame Nacional do Ensino Médio e sua relação com a teoria do currículo e avaliação, a partir de uma proposta pós-crítica. Educação, política e ensino são categorias indissociáveis. Criado durante o governo FHC e ampliado durante o governo Lula, o ENEM é proposto como uma forma de avaliar o ensino médio brasileiro; O que envolve tanto professores como alunos e escolas. Dentro das recentes discussões que envolvem o conhecimento holístico e a pedagogia pós-crítica, esta avaliação se compromete com a formação integral do ser, dialogando diretamente com conceitos políticos (que permeiam a educação) como cidadania, democracia e direitos humanos. Dessa forma, está pautado em uma proposta de currículo abrangente, mais humanista e menos tecnicista. Nessa perspectiva, este trabalho visa investigar o percurso e a adequação do processo de formação de professores, dentro das novas propostas que dialogam educação, política e democracia. Utilizando uma premissa do multiculturalismo, proposto como um viés de elaboração do exame, utilizamos os estudos de Stuart Hall, dialogando com autores especialistas na perspectiva pós-crítica, para analisar a relação entre ENEM, política, avaliação e currículo. A pesquisa de campo foi feita através da aplicação do Enem Test, um questionário de questões abertas sobre a composição do exame nacional, que foi respondido por 5 professores do ensino médio, de diferentes áreas do conhecimento, que atuam na rede pública de ensino de Pernambuco.

**Palavras-chave:** Avaliação, Currículo, Política.

### **Introdução**

As reformas na Educação, iniciadas no governo de FHC e ampliadas no Governo Lula, trouxeram a avaliação para o centro do debate educacional, com base em uma ideia que evidencia seu papel fundamental no êxito da formação do Ensino Médio. Essa iniciativa

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). Especialista em Psicologia na Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestrando em Educação pela Universidade de Pernambuco (UPE - Campus Mata Norte). Orientando da Professora Dra. Maria do Carmo Barbosa de Melo.

trouxe como reflexo o redimensionamento do currículo dessa modalidade de ensino, especialmente, no que se refere ao Ensino de História e das disciplinas afins. Em um contexto de mudança da política educacional no Brasil, o ENEM é proposto como uma forma de avaliar o ensino médio brasileiro, o que envolve tanto professores como alunos e, ainda, o currículo. Dentro das recentes discussões que envolvem o conhecimento holístico e a pedagogia pós-crítica, esta avaliação se compromete com a formação integral do ser, dialogando diretamente com conceitos da educação e da política como cidadania, democracia e direitos humanos. Dessa forma, está pautado em uma proposta de currículo abrangente, mais humanista e menos tecnicista. Nessa perspectiva, este trabalho visa investigar o percurso e a adequação do processo de formação de professores, dentro das novas propostas que dialogam educação, política e democracia.

Durante muitos anos, os vestibulares brasileiros prezaram por moldes conteudistas, pautados basicamente na cognição. A recente adoção, quase que por completa, do Exame Nacional do Ensino Médio, pela maioria das grandes universidades do país, transformou paradigmas e trouxe uma visão mais holística no que se refere ao conhecimento.

O ENEM foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, visando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009 o exame passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso direto no ensino superior. Foram implementadas mudanças que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior, para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

O Enem é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Seu objetivo principal é possibilitar uma referência para auto avaliação, a partir das habilidades e competências que o estruturam. Inspirado em um molde canadense (a Escala de Ontario), o modelo de avaliação adotado pelo Enem foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento, e, não apenas na memória, que, mesmo sendo de importância fundamental, não pode ser o único elemento de compreensão do mundo e da realidade.<sup>2</sup>

Diferentemente dos modelos e processos avaliativos tradicionais, a prova do Enem é contextualizada e tem caráter interdisciplinar. Enquanto os vestibulares normalmente

---

<sup>2</sup> INEP. Exame nacional do ensino médio (ENEM): fundamentação teórico-metodológica. Brasília: INEP, 2006.

promovem uma excessiva valorização da memória e dos conteúdos em si, o Enem coloca o estudante diante de situações-problemas e propõe que além de conhecer conceitos, ele saiba aplicá-los. O Enem não mede a capacidade do aluno de assimilar e acumular informações, e sim o incentiva a aprender a pensar, a refletir e a “saber como fazer”. Valoriza, portanto, a autonomia do indivíduo na hora de fazer escolhas e tomar decisões.

O desenvolvimento do Enem, nos últimos dez anos, acompanhou as profundas mudanças legais, organizacionais e curriculares que atingiram todas as etapas e modalidades de educação, da pré-escola à educação superior. Como instrumento educativo, o Enem precisa ser flexível para acompanhar as mudanças. Afinal, a educação é, por natureza, dinâmica e deve ser continuamente interrogada criticamente e reinventada como projeto coletivo e prática social. Ao completar dez anos, o Enem passou a ocupar um lugar de destaque na agenda educacional brasileira, principalmente pela sua contribuição para a reorganização e reforma do currículo do ensino médio, democratização do acesso ao ensino superior e, em última instância, melhoria da qualidade da educação básica.

O principal objetivo do Enem é avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Contudo, desde a sua concepção, o Exame foi pensado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médio e ao ensino superior. Este objetivo foi sendo atingido um pouco mais a cada ano, graças ao esforço do Ministério da Educação na sensibilização e convencimento das instituições de ensino superior (IES) para o uso dos resultados do Enem como componente dos seus processos seletivos. O Enem busca, ainda, oferecer uma referência para auto avaliação, com vistas a auxiliar nas escolhas futuras dos cidadãos, tanto com relação à continuidade dos estudos quanto à sua inclusão no mundo do trabalho. A avaliação pode servir inclusive como complemento do currículo para a seleção de emprego.

O Exame Nacional do Ensino Médio adequa-se a uma lógica de reformas educacionais que vem se processando na América Latina. Nesse sentido, lembra Vera Maria Candau que “trata-se da forte crença no poder redentor da educação, de um certo messianismo pedagógico, que afirma serem a mudança nos sistemas educativo e a renovação pedagógica os eixos fundamentais que enfrentam atualmente nossos países em acelerado processo de modernização”<sup>3</sup>. Ainda nessa perspectiva, reforça a autora que o discurso em torno da reforma do ensino responde pela necessidade de criar uma ideia de “progresso”, com a aplicação de

---

<sup>3</sup> CANDAU, Vera Maria. Reformas Educacionais Hoje na América Latina. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org). Currículo: políticas e práticas. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1999. p. 30

novos programas, tecnologias e processos que gerem eficiência e controle dos resultados. Entretanto, para Candau, isso consiste em uma ideia controversa, já que tais reformas envolvem também mecanismos de relações sociais e de poder. Nessas condições, as reformas educacionais, como resultado de uma lógica neoliberal, precisam de amplos debates que possam envolver questões de identidade, condições de trabalho, social e econômica, bem como a própria formação de professores.<sup>4</sup>

No Brasil, nas últimas décadas, tem se fortalecido os debates sobre a formação de professores, e, apesar dos avanços da educação, há muito ainda por atingir em direção à escola de qualidade e democrática. Isso significa ainda pensar a relação currículo escolar, formação de professores e avaliação da educação. Para tanto, como propõe Antônio Flavio Moreira, um viés possível passa pelo debate sobre o *multiculturalismo*, perspectiva presente entre as competências do Enem.<sup>5</sup> Portanto, o Enem, como um complexo que envolve política educacional, avaliação, currículo e formação de professores, deve ser problematizado e debatido entre todas as partes envolvidas (alunos, professores, escolas e universidades).<sup>6</sup> Para Vasconcelos, uma efetiva avaliação democrática (uma visão também relacionada ao Enem), é reflexo da democratização da sociedade.<sup>7</sup> Compreendemos que o Enem não representa apenas um procedimento de avaliação do aluno, como etapa final do processo ensino-aprendizagem e acesso para a inserção nas universidades brasileiras. É, ainda, uma avaliação do próprio sistema educacional brasileiro, que envolve aluno, professor, escola, livro didático, currículo escolar, sociedade, universidade, formação de professores, etc.<sup>8</sup>

Por estar baseado num modelo de habilidades e competências, o exame precisa ser criticado, pois pressupõe, implicitamente, que aqueles que não alcançam êxito ao serem examinados não são habilitados e competentes. A proposta do exame é interessante, mas parece não se adequar à realidade brasileira. O Brasil é um país amplo, diverso, e com realidades educacionais que estão muito distantes a depender dos espaços em que estão situadas. Além disso, a adoção massiva ao Exame tem distorcido o sentido do ensino médio brasileiro, que, ao menos em muitas instituições, virou uma espécie de preparação para o ENEM. Este trabalho entrevistou docentes de todas as áreas do conhecimento que compõem o exame, em prol de esmiuçar questões emergenciais da formação de professores que entram

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Multiculturalismo, currículo e formação de professores. pp.81-96

<sup>6</sup> MORALES, Pedro. Avaliação Escolar: o que é, como se faz. São Paulo: edições Loyola, 2003.

<sup>7</sup> VASCONCELOS, Celso dos S. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo; Libertad, 2000. p. 84

<sup>8</sup> Idem.

em contraste com a política de reforma educacional implícita na ampliação do exame nacional.

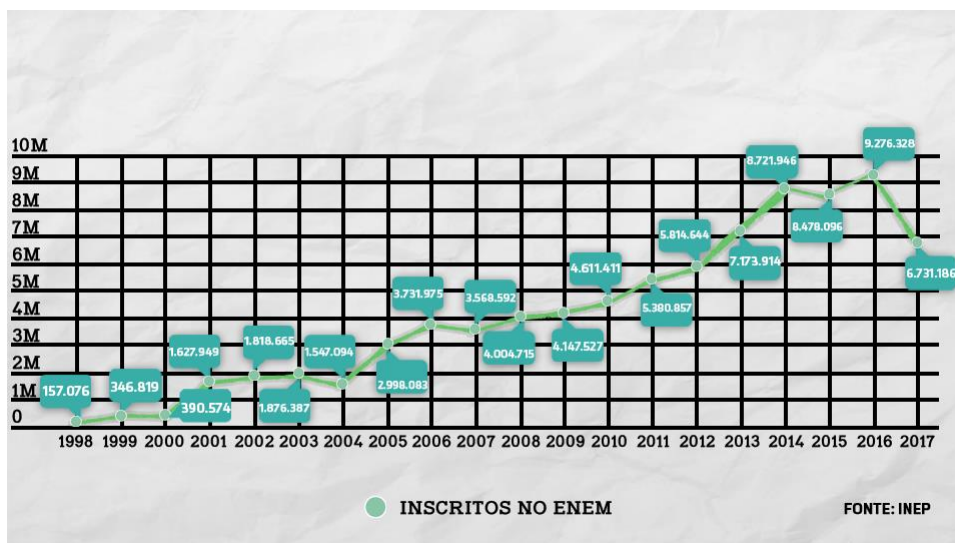
Como atualização das diretrizes de 1998, em 2011, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer que estabeleceu novas diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio no Brasil. Não obstante, a Base Nacional Comum Curricular, em sua terceira versão, proposta em 2017, com assinatura do então Ministro Mendonça Filho, que não possui formação em Educação, não traz o ensino médio em sua "pauta", enfraquecendo ainda mais, a já frágil, no Brasil, construção de identidade dessa modalidade de ensino. Afinal, se o ensino médio não fizer parte da educação básica, onde estará inserido? É preciso destacar que o mesmo ministro fazia parte da cúpula do Governo Temer, que propõe um Novo Ensino Médio, com suposta aprovação de 72%, divulgada amplamente nas propagandas do MEC veiculadas na grande mídia, sem expor fontes seguras ou comprovar dados precisos referentes a essa pesquisa. Logo, o governo que propõe reformar o ensino médio, é o mesmo que o omite da educação básica e contribui para sua crise de identidade.

"O Ensino Médio Brasileiro, no decurso de sua história, tem sido recorrentemente identificado como um espaço indefinido, ainda em busca de sua identidade."<sup>9</sup> Partindo de moldes jesuíticos em seu percurso histórico, com raízes na colônia que adentram o Brasil Império, essa modalidade ganhou novos tons na era republicana, como o caráter extremamente segregacionista durante a ditadura civil-militar, que, claramente, dividia a sociedade em tecnicista ou pensante, viés também implícito do "novo ensino médio" proposto pelo governo Temer. A LDB de 1996, reforçando os escritos da constituição pós-ditadura, crava o ensino médio como etapa final da educação básica, arraigando a ele objetivos abrangentes, ligados à cidadania, ao pensamento crítico e ao trabalho. O próprio Plano Nacional de Educação de 2001 já definia, em termos legais, metas a serem atingidas por essa modalidade de ensino até 2011. Entre elas estava a de melhorar o aproveitamento dos alunos do ensino médio em exames como SAEB e ENEM.

Com sua ampliação em 2009, o exame nacional passou a funcionar como principal forma de ingresso nas IES, o que causou um grande crescimento no seu número de inscritos, como é possível observar no gráfico a seguir, fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão criado durante o governo Vargas, responsável pela organização do exame:

---

<sup>9</sup> MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. In: Revista Brasileira de Educação, v.17, n.49, jan-abr. 2012. p. 40.



É preciso lembrar, porém, que democratizar não é apenas possibilitar a inscrição no exame, através de vantagens ou isenções. É repensar como o exame pode servir como ponto de partida para discussões que envolvam professores, alunos e a própria sociedade civil. Um debate amplo, que discuta como construir a sociedade, a democracia e a própria escola. A escola, inclusive, também precisa ser repensada. Se fazer escola é construir democracia, é preciso lembrar que "uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária."<sup>10</sup> A escola que liberta precisa romper a alcunha de aparelho ideológico do estado.

Partindo pela óptica do multiculturalismo, Hall defende que a cultura pode ser vista como um conjunto de sistemas ou códigos de significados que dão sentido às nossas ações. "Todas as práticas sociais, na medida em que sejam relevantes para o significado ou requeiram significado para funcionarem, têm uma dimensão cultural"<sup>11</sup>. É preciso, portanto, esmiuçar questões emergenciais da formação de professores, bem como ampliar os debates em torno da pedagogia pós-crítica, como resultado da época pós-moderna.

A proposta de ampliação do Exame Nacional do Ensino Médio tem sido implantada de um modo rápido e frenético. Não obstante, o "novo molde" de avaliação parece não abranger a realidade brasileira. Em tempos de propostas como "escola sem partido" e "novo ensino

<sup>10</sup> SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Autores Associados. Campinas. 2009. p.52.

<sup>11</sup> HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Educação e Realidade. Porto Alegre, v.22, n.2, jul/dez, 1997. P.32.

médio", dialogar avaliação, currículo e política é muito necessário. Na atual e conturbada conjuntura política brasileira, o impacto do ENEM precisa ser estudado, não apenas enquanto avaliação, mas também como uma importante ferramenta política que pode ser utilizada em prol dos mais diversos interesses de grupos que vislumbram o poder.

As avaliações, se não bem entendidas, podem conduzir a um processo de seletividade nas escolas, onde os estabelecimentos de ensino, presos a uma lógica concorrencial, cuja preocupação é midiaticizar para se promover, recrutam e preparam alunos “destacados”, bem classificados nas avaliações, separando-os dos “demais”. Assim sendo, esta lógica traz consigo a tentativa de burlar o sistema para otimizar resultados, o que já tem acontecido no meio privado, com escolas que usam diferentes CNPJs para separar “alunos de alto rendimento” e “alunos comuns”, gerando assim um ranqueamento artificial, desonesto e extremamente midiático.

Esta pesquisa objetiva então, em primeira instância, analisar o ENEM como avaliação na educação brasileira e suas correlações com o conhecimento construído na educação básica. Em segunda instância, ela também traz como objetivos específicos: Identificar as principais dificuldades de formação que distanciam os professores da realidade do Enem; identificar os perfis dos docentes da Rede Pública de Ensino de Pernambuco, a partir do conjunto de práticas para a formação de professores; Estudar a correlação de competências e habilidades do Exame Nacional do Ensino Médio no currículo escolar e na formação de professores.

## **Metodologia**

A pesquisa segue as propostas teórico-metodológicas das teorias pós-críticas, a partir das concepções de Marlucy Paraíso (2004) e Meyer & Paraíso (2012), afim de alcançar uma visão ampla do Exame Nacional do Ensino Médio, como um instrumento avaliativo pautado na interdisciplinaridade através do domínio de competências e habilidades, que correspondem aos novos paradigmas para uma educação pós-moderna.

Assim, utilizamos um conjunto de fontes para subsidiar nossas análises sobre a formação de professores em uma perspectiva pós-crítica relacionada ao Enem. Dentre as opções metodológicas, utilizamos entrevistas com professores, com o objetivo de traçar o perfil docente, a partir da utilização de questionários e depoimentos que possam envolver as práticas pedagógicas relacionadas ao Enem e à formação docente. Ademais, fez-se necessário analisar o currículo escolar entre as escolas da rede pública de ensino de Pernambuco, realizando visitas às escolas, observando as aulas de grupos de docentes e procedendo com as

análises das provas do Enem, na perspectiva de subsidiar a superação dos principais entraves relacionados às habilidades e competências propostas pelo Exame do Ensino Médio. Nesse sentido, optamos também, a priori, pela metodologia *queer*<sup>12</sup> (de caráter interdisciplinar), que se propõe como meio de associar diversas áreas do conhecimento, sem perder, contudo, a coerência, isto é, o fio condutor.<sup>13</sup> Ela foi utilizada através da aplicação do ENEM Test, um questionário aberto, com questões que falam sobre a estrutura geral da prova do ENEM, que se segue abaixo:

### **Enem Test (questionário para professores)**

1. O ENEM É UMA PROVA BASEADA NA PEDAGOGIA PÓS-CRÍTICA. DEFINA-A E EXPLIQUE NO QUE ISSO IMPLICA NA PRÁTICA.
2. QUAIS AS PRINCIPAIS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DOS ENEMS PÓS 1998 E PÓS 2009?
3. O QUE É O TRI E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA NO CÁLCULO DE NOTA DO ALUNO?
4. CITE AS 5 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS GERAIS DO ENEM E DÊ UM EXEMPLO DA SUA APLICAÇÃO PRÁTICA.
5. UTILIZANDO AS COMPETÊNCIAS DE ÁREA APRESENTE UM EXEMPLO QUE FAÇA UM LINK COM UMA COMPETÊNCIA GERAL.

O ENEM TEST é um questionário referente à nova estrutura que o exame passou a adotar a partir de 2009. Como a prova está dividida em 5 áreas do conhecimento, Linguagens e Códigos (incluindo Português, Literatura, Língua Estrangeira e Artes), Ciências Humanas e suas Tecnologias (composta por História, Geografia, Filosofia e Sociologia), Redação, Matemática e suas Tecnologias e, ainda, Ciências da Natureza e suas Tecnologias (o que incluiu Biologia, Química e Física), a pesquisa foi realizada com um professor de ensino médio da rede estadual de ensino de Pernambuco na (RMR) de cada uma das áreas do conhecimento. Sendo assim, entre os partícipes estão: um professor de história, uma

---

<sup>12</sup> Ver MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves (orgs). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

<sup>13</sup> MISKOLCI, Richard. Um Corpo Estranho na Sala de Aula In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Editores) Afirmando Diferenças. Campinas, Papirus, 2005.



professora de português, uma de redação, um professor de matemática e uma professora de biologia.

### **Resultados e Discussão**

Dos 5 participantes, apenas a professora de Biologia respondeu coerentemente a questão 1, definindo a pedagogia pós-crítica como uma proposta de conhecimento holístico e apontando para a preocupação que a prova tem apresentado em ligar o conhecimento teórico à sua aplicação prática no cotidiano. Os demais, visivelmente não conheciam a pedagogia pós-crítica e deram respostas deslocadas afirmando simplesmente que era uma prova cheia de textos e muito cansativa.

Sobre a questão 2, referente às diferenças entre o antigo ENEM (pós-1998) e o novo (pós-2009), apenas a professora de Biologia e a de Redação conseguiram apontar a nova formatação em áreas do conhecimento e a sua maior adoção como forma de ingresso ao ensino superior. Os demais trouxeram respostas dispersas, afirmando por exemplo que preferiam o vestibular tradicional ou dizendo que a prova agora é mais “informatizada”.

A questão 3 foi deixada em branco pela maioria dos docentes. Apenas a professora de Biologia e o professor de matemática responderam, alegando que diferentemente da teoria clássica de testes (TCT), a TRI (teoria de resposta ao item) traz um cálculo de nota mais complexo, dividindo as questões do exame em fáceis, médias e difíceis, implicando numa composição de nota que variará de acordo com o número de acertos dentro dos 3 níveis de dificuldade propostos.

Por sua vez, a questão 4 foi respondida com êxito apenas pela professora de biologia, que conseguiu elencar corretamente as habilidades e competências gerais: Dominar Linguagens, Identificar e Reconhecer Fenômenos, Enfrentar Situações-problema, Argumentar, e Propor Soluções. Ela utilizou como aplicação prática o exemplo do aquecimento global, tema transversal e interdisciplinar que pode abarcar as 5 proposições gerais. Os demais insistiram em respostas vagas e mais uma vez realizaram a fuga do tema, afirmando por exemplo que era uma prova mais interpretativa e cansativa, defendendo que bastava ler os textos para responder as questões. Já a questão 5 foi deixada em branco por todos os professores, que assim, claramente provam desconhecer as competências de suas próprias áreas de atuação no molde do novo exame.

## Conclusões

O centro do Recife se tornou, entre os anos noventa e dois mil, o reduto de explosão de escolas particulares e cursos pré-vestibulares. Numa proposta de educação bancária, geradora de decoradores de fórmulas, nomes e datas, essas instituições utilizam o Exame Nacional como forma de impulsionar suas propagandas. O estímulo à competição entre alunos, a criação de rankings e grupos especiais, movimentam a educação como mercado, e estimulam um processo excludente, lançado quase como uma espécie de "seleção natural." Um teatro de vícios e preços, que desvirtua o sentido da educação, e fere qualquer proposta inspirada numa educação inclusiva, libertadora e democrática. Com isso, as escolas particulares incluídas nesse espaço tem investido na preparação do seu quadro docente para atender às exigências do ENEM, invertendo completamente a lógica da política curricular, tornando o ensino médio uma espécie de preparação para o exame nacional. Por sua vez, as escolas da rede pública parecem estar muito distantes da realidade do novo exame. A investigação feita com a pesquisa, com professores da rede pública de colégios vizinhos das escolas particulares de grande porte da RMR, mostra que, provavelmente, a preparação e formação de alunos e professores que vivenciam a realidade do ENEM nesses espaços não condiz com o novo modelo.

Uma avaliação de caráter nacional deve estar pautada no currículo da modalidade de ensino que se propõe a avaliar. Dessa forma, o exame deve se adequar ao currículo do ensino médio e não o contrário. A reforma do ensino médio proposta pelo governo Temer, tende a fortalecer o ensino privado, reforçando o discurso da privatização, já que as escolas particulares continuarão oferecendo todas as matérias, com as devidas cargas horárias, enquanto as escolas públicas, em geral, não oferecerão os componentes não obrigatórios da grade.

Num momento de desmanche de políticas públicas, com congelamento por 20 anos dos investimentos na educação, discutir a relação entre avaliação, política e currículo se faz fundamental. Se professores, pesquisadores e profissionais da educação em geral não estiverem preparados para os enfrentamentos que estão por vir, as decisões serão apenas políticas, monocráticas, unilaterais, e, por conseguinte, definidas por quem não vive a educação nas escolas, universidades e na própria academia.

Nesse contexto, “o professor de história tem papel político dos mais importantes em nossa sociedade, o de formador de consciências.”<sup>14</sup> O ENEM pressupõe uma alteração na relação ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, no ensino da história e das ciências humanas em geral. Ao se propor a relacionar o conhecimento cognitivo, arraigado aos conteúdos do ensino médio, ao conhecimento cotidiano, vivenciado por docentes e discentes no seu dia-a-dia, o exame traz consigo o gene modificador da relação professor/aluno, visando a construção de um conhecimento crítico que possa intervir diretamente na construção de uma sociedade democrática e, por isso, tolerante, plural. Logo, a investigação da relação entre essa avaliação, a política e o currículo se faz imprescindível mediante as transformações práticas que a adoção massiva deste exame exige de professores, alunos, pesquisadores da educação e da própria sociedade. Afinal, quando a discussão é sobre política e educação, quem tem pensado por você?

## Referências

- CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. Competências e habilidades: da proposta à prática. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- GHEDIN, Evandro et al. Formação de Professores: caminhos e descaminhos. Brasília: Líber, 2008.
- MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.
- MISKOLCI, Richard. Um Corpo Estranho na Sala de Aula In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Editores) Afirmando Diferenças. Campinas, Papirus, 2005.
- MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. In: Revista Brasileira de Educação, v.17, n.49, jan-abr. 2012.
- MORALES, Pedro. Avaliação Escolar: o que é, como se faz. São Paulo: edições Loyola, 2003.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org). Currículo: políticas e práticas. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1999.
- PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs). Pesquisas Pós-Críticas em Educação no Brasil: esboço de um mapa. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, maio/agosto, 2004.
- SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Autores Associados. Campinas. 2009.

---

<sup>14</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo. Contexto. 2005. P.185.



SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

VASCONCELOS, Celso dos S. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo; Libertad, 2000.